



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONDEL, REALIZADA
EM 11 DE DEZEMBRO DE 2018, NO MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL,
BRASÍLIA/DF**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

ATA DA 24ª (VIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2018, EM BRASÍLIA (DF).

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de 2018, às 15h30, horário local, na sala de reuniões do Ministério da Integração Nacional, em Brasília (DF), sob a condução do Presidente do CONDEL, Excelentíssimo Senhor **Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto**, Secretário Executivo do Ministério de Integração Nacional, teve início a 24ª Reunião Ordinária do CONDEL/SUDENE, com as presenças dos membros Conselheiros/SUDENE, Excelentíssimos (as) Senhores (as): **Alberto Alves**, Secretário Executivo do Ministério do Turismo; **Belivaldo Chagas Silva**, Governador do Estado de Sergipe; **João Leão**, Vice-Governador do Estado da Bahia; **Carlos Brandão**, Vice-Governador do Estado do Maranhão; **Lígia Feliciano**, Vice-Governadora do Estado da Paraíba; **Margarete Coelho**, Vice-Governadora do Estado do Piauí; **Mário de Paula Guimarães Gordilho**, Superintendente da SUDENE; **Romildo Carneiro Rolim**, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); **Raimundo Coelho de Sousa**, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); **Marcelo Fernandes de Queiroz**, Confederação Nacional do Comércio (CNC); **Givaldo Vitório Teles**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); **Pedro Ricardo Filho**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Christianne Marrie Aguiar Coelho**, Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e **Adilson de Carvalho Silva Júnior**, Associação Brasileira dos Municípios (ABM). A Reunião contou também com a presença de diretores e assessores da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Ministério da Integração Nacional. Inicialmente, o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor **Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto**, Secretário Executivo do Ministério de Integração Nacional, que saudou nominalmente todos os Conselheiros, brindando a presença dos governadores na pessoa do Governador de Sergipe; ressaltou a prioridade de melhorar a situação de todo o Nordeste. Enalteceu a presença dos vice-governadores da Paraíba, Piauí, Bahia e Maranhão. Cumprimentou o Presidente do Banco do Nordeste e os Conselheiros classistas patronais, de prefeitos e dos trabalhadores. Finalizou agradecendo a presença das autoridades convidadas e destacou a oportunidade de estarem numa mesma mesa, “participando do Conselho, colegiado que tem razão de existir, para que se possa, em conjunto, deliberar sobre as matérias que são importantes para o desenvolvimento da Região Nordeste”. Dito isto, falou uma mensagem da futura pasta que achou ser de interesse de todos: “o ano está se encerrando, está por vir, se tudo correr como o esperado, no dia primeiro tomarei posse, como Ministro do Desenvolvimento Regional e quero dar uma mensagem a todos, que o Ministério do Desenvolvimento Regional, mais do que uma simples fusão da Integração Nacional com o Ministério das Cidades, tem a ideia de fazer uma pequena alteração na sua missão institucional. O principal motivo da existência do Ministério do Desenvolvimento Regional é um investimento no desenvolvimento produtivo, na geração de riqueza por meio do investimento do Estado como indutor do crescimento econômico. Este é o foco e eu conto com o apoio de todos, para que identifiquemos onde investir e no que investir, a principal dificuldade para o Ministério vai ser, justamente, identificar quais regiões que



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

têm mais condições, aquelas que estão estagnadas ou com baixo dinamismo econômico e que tenham condições de mudar essa realidade, temos que usar o dinheiro com consciência, todos sabem que os recursos estão cada vez mais escassos, então temos que ter inteligência, de fato para alocar nos locais que o retorno seja o mais rápido e o mais intenso possível.” Por outro lado, destacou ser evidente que não se vai deixar de lado as regiões que mais precisam; o foco constitucional, inclusive dos fundos e da própria SUDENE, são aquelas regiões que têm dificuldade maior para se desenvolver. Enalteceu os assuntos da pauta. Teceu a questão da aplicação futura dos fundos, como relevantes e outros atos que também, de forma esclarecedora, tiveram que ser feitos *ad referendum* do Conselho, e no momento, como representante do Ministro Pádua, pediu as escusas necessárias ao Colegiado, pois o *ad referendum* é um instrumento que tem que ser usado apenas de maneira excepcional e não uma prática, mas pelas questões de urgência, agenda e dificuldades em se reunir, o CONDEL teve que usar destes instrumentos existentes, esclareceu e desejou que o ano de 2019 todos possam se reunir com mais frequência e que os *ad referendum* fiquem de fato no passado. Em seguida passou a palavra ao Secretário Executivo do CONDEL e Superintendente da SUDENE, Mário Gordilho, para dar andamento aos itens da pauta. O Superintendente agradeceu a presença de todos que fizeram o esforço em se deslocar até Brasília para participar desta reunião. Iniciada a pauta e tendo em vista que todos os Conselheiros do CONDEL da SUDENE receberam a ata da última reunião, 1º assunto da pauta, pediu a dispensa da sua leitura. O Ministro Canuto, colocou em votação a dispensa da leitura da Ata da 23ª Reunião do Conselho. Aprovado! Neste momento houve a intervenção da Vice-Governadora do Piauí pedindo abstenção de seu voto pelo motivo de não ter participado da reunião, porém foi explicado os assuntos discutidos e que tudo na referida reunião fora aprovado. Neste momento, aproveitou-se para haver a distribuição da Ata, o Presidente do CONDEL explicou que foram três pontos aprovados na reunião anterior (reunião com as três superintendências e a presença do Presidente Michel Temer), a nova delimitação do Semiárido, a questão da linha de crédito fotovoltaica e o FIES estudantil. Agradeceu as interferências e explicou que essa é a ideia da reunião, com menos protocolo e menos formal. Nesse sentido foi aprovada a Ata da 23ª reunião do CONDEL/SUDENE. Dando continuidade o Secretário Executivo do CONDEL, superintendente Mário Gordilho, esclareceu que os assuntos da pauta desta reunião em curso, foram submetidos à apreciação dos integrantes do comitê técnico do CONDEL em reunião realizada em Recife em 21 de novembro, oportunidade na qual todos os encaminhamentos foram aprovados, e que essa documentação foi disponibilizada no site da SUDENE e no endereço eletrônico previamente informado a todos por e-mail. Desta forma, foram pautados oito assuntos. Item 1.2 se referiu à resolução nº 119 de 28 de junho de 2018, aprovada na condição *ad referendum*, devido à urgência solicitada pelo Ministério da Integração Nacional, que tratou da atualização da relação dos municípios e sub-regiões, enquadradas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Explicou que a alteração decorreu da edição da portaria nº 34 do Ministério da Integração, de 18 de janeiro de 2018, que atualizou e priorizou a relação dos municípios classificados como baixa renda e média renda, com baixo, médio e alto dinamismo, atendendo assim ao requisito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta resolução nº 119, normatiza as modificações trazidas pela Lei 13.682 de 19 de junho de 2018, que



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

introduziu mudanças na metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre operações de crédito não rural, realizado pelos fundos constitucionais, que por meio desta lei foi inserido um novo componente, o fator de localização, assumindo um valor de 0,9 a 1,1, que pode reduzir ou aumentar a taxa de juros do financiamento em 10%, de acordo com a localização do empreendimento. Esclareceu que esta alteração, foi fruto de um esforço conjunto da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional, e tem como objetivo reduzir o problema das desigualdades intra-regionais, na medida em que beneficia os municípios menos desenvolvidos com taxas de juros menores, tornando-os mais atrativos à implantação e desenvolvimento de novos empreendimentos. De volta com a palavra, o Senhor Gustavo Canuto colocou em votação a ratificação da referida resolução, na forma de *ad referendum* referente a atualização da relação de municípios e sub-regiões sob a égide da nova tipologia da PNDR. Em votação, foi aprovada. Passou a palavra ao Secretário, para prosseguimento. O próximo assunto foi o item 1.3, referente à proposição nº 118, de 13 de junho de 2018, que regulamenta a organização e funcionamento da ouvidoria do FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Esclareceu que essa regulação, tornou-se necessária para legalizar o cumprimento do Art. 18A da lei 7.827 de 27 de setembro de 1989. As ouvidorias terão seu funcionamento regido por regulamento próprio, cabendo aos conselhos deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, estabelecerem o regulamento para o funcionamento da ouvidoria do respectivo Fundo e que, o ouvidor de cada fundo, seja nomeado por proposta da Superintendência Regional de Desenvolvimento pelo respectivo Conselho Deliberativo, do qual participará com direito a voz. Por outro lado, o Art. 13 da portaria nº 434, 11 de agosto de 2017, do Ministério da Integração Nacional estabeleceu que observado o disposto no Art. 18ª, o encargo de ouvidor do FNE poderá ser acumulado com o de ouvidor da Autarquia, para o exercício da atribuição de ouvidor do FNE. Assim, o Secretário do CONDEL solicitou a validação do nome do atual ocupante originalmente aprovado por portaria da SUDENE, o Senhor Martinho Leite de Almeida. Passou a palavra ao Presidente do Conselho que registrou “vinte e nove anos depois estamos aqui regulamentando esse dispositivo, honrando um servidor muito antigo da casa, o Senhor Martinho Leite de Almeida, que é o atual ouvidor da SUDENE e legalmente é possível essa acumulação”. Dito isso, colocou em votação a proposta de criação da ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e a ratificação do nome do Senhor Martinho Leite de Almeida, atual ocupante do cargo de ouvidor da SUDENE, também como ouvidor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Em votação, o item 1.3, aprovado. Em seguida o Secretário Executivo do Conselho, Mário Gordilho leu o item 1.4 da pauta que visa a aprovação da adequação do regimento interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, às mudanças estabelecidas pelo item anterior da pauta, que instituiu a ouvidoria, obedecendo a regulamentação anterior. O Presidente do CONDEL esclareceu ao Vice-Governador da Bahia, que a votação se refere ao nome do ouvidor Martinho e a criação da ouvidoria do FNE, quanto a ratificação do nome do ouvidor da SUDENE, acumulando os dois cargos, fez referência ao item 1.3, enquanto o item 1.4 seria uma adequação do regimento, em virtude da criação, que foi aprovada, dessa ouvidoria. Portanto, o regimento do CONDEL será adequado de acordo, principalmente, para colocar este acúmulo de cargos, ficando devidamente refletido na norma deste



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Conselho. Da mesma forma colocou em votação a proposta de alteração do regimento do CONDEL para abrigar as competências deste colegiado ao do ouvidor do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Em votação, aprovado. Dando prosseguimento, o Superintendente falou que o item 1.5 se refere à resolução nº 122 de 26 de julho de 2018, que aprovou na condição de *ad referendum* o relatório de resultados e impactos do FNE no exercício de 2017. Explicou que a urgência se mostrou necessária, visto que a decisão do CONDEL sobre o Relatório é utilizada pelo Banco do Nordeste do Brasil, na prestação de contas do Fundo e que precisava ser encaminhado ao TCU até 31 de julho. Complementando, o Presidente do CONDEL disse que os resultados foram positivos, que ajudaram na prestação de contas do BNB e mostrados bons resultados ao TCU. Com a palavra, o Presidente do BNB disse que em 2017 houve uma aplicação de R\$ 15,9 bilhões e que comparado aos dois últimos anos foi da ordem de R\$ 11,0 bilhões, nos anos 2015 e 2016. A aplicação recorde no ano passado (2017), com prestações de conta e uma avaliação de impacto bem consubstanciados. O Senhor Gustavo Canuto perguntou sobre a previsão de saldo do FNE até o final de 2018, o Presidente do banco disse ser em torno de R\$ 2,0 a R\$ 3,0 bilhões no final do ano. Em resumo, fora executado tudo que foi creditado e ainda, aproximadamente, R\$ 7,0 bilhões do ano anterior. Pode-se ver que “a execução desse ano foi muito superior ao do ano passado (2017)”, disse. Ainda, o Presidente do BNB, destacou que “três bilhões estão todos comprometidos já com todas as análises que estão dentro de casa. Aliás, estamos virando o ano já devedor pela demanda que temos rodando nas nossas esteiras negociais e técnicas.” O Secretário Executivo do Ministério e Presidente do CONDEL parabenizou a SUDENE e o Banco. Nesse momento, o Presidente do Banco ainda respondeu a intervenção de um membro do Conselho que a programação está na pauta e será em torno de R\$ 25,7 bilhões. O Vice-Governador João Leão, propôs um voto de louvor à diretoria do Banco do Nordeste e a diretoria da SUDENE. “Realmente o Banco do Nordeste mudou, nós estamos aqui juntos trabalhando nesses quatro anos e uma coisa que nós batíamos muito é que o Banco do Nordeste ficava vivendo da aplicação do Fundo Constitucional e mudou totalmente essa figura, o Banco do Nordeste agora aplica o Fundo Constitucional e isso é muito bom para os estados nordestinos, principalmente para a área empresarial e eu queria propor um voto de louvor desse conselho ao Banco do Nordeste e a SUDENE pela eficiência e eficácia, os dois itens porque realmente foi uma mudança total. Meu Presidente, meus parabéns pelo belo trabalho, leve isso a sua diretoria, o que o Banco do Nordeste está fazendo em prol dos nordestinos”. O Presidente do CONDEL, concordou e disse que os recursos do Fundo são para serem utilizados e continuou “fico muito feliz em saber que o Vice-Governador do Estado da Bahia, assim entende e percebe esta mudança na gestão e concordo, acho que vou colocar aqui em votação, um voto de louvor tanto para o BNB quanto para a SUDENE na aplicação dos recursos do FNE em 2018. Quem estiver de acordo, permaneça como está, aprovado. Solicitou para inserir na Ata este voto de louvor à gestão de ambos e agradeceu”. Colocou em votação o item 1.5. *Ad referendum*, em votação, aprovado. Seguindo ao item 1.6, o Superintendente da SUDENE agradeceu o voto de louvor em nome de toda a equipe da Autarquia e teceu sobre o próximo item da pauta que se refere à resolução nº 123 de 15 de agosto de 2018, aprovada na condição de *ad referendum*, fixando as diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional do Nordeste, FNE, para o



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

exercício de 2019 e que a urgência adveio do prazo de aprovação, último 15 de agosto, limite estabelecido pela lei 7.827, de 27 de setembro de 1989 que rege o FNE. O Senhor Gustavo Canuto, comentou novamente que entende as dificuldades inerentes ao processo, muitas coisas dependem de dados que precisam ser fechados, mas que se consiga ter um pouco mais de prazo, para que a resolução não seja aprovada no último dia do prazo legal. Dito isso colocou em votação a ratificação da resolução, nº 123 que foi aprovada na condição de *Ad referendum* para as diretrizes e prioridades do FNE para o exercício de 2019. Em votação, aprovado. Complementou que gostaria de saber se as diretrizes e prioridades definem o norte de como deve ser utilizado e se houve alguma mudança substancial em relação às diretrizes e prioridades em relação a 2018, só para deixar claro para os demais membros do Conselho e que realmente não houve uma alteração significativa daquelas diretrizes e prioridades de 2018 para 2019, o Fundo tem o mesmo direcionamento de trabalho ao longo desse tempo. Desta forma, disse o Presidente do CONDEL, “no próximo item, fala-se sobre a programação e será detalhado como os recursos serão aplicados pelo banco”. De volta com a palavra, o Secretário fez a leitura e ponderações do item 1.7 referentes à proposição que trata da programação de financiamento do FNE para 2019 que define a distribuição dos recursos por estado, setor e programa. Explicou que o trabalho teve início em agosto deste ano (2018), com reuniões entre a SUDENE, o Banco do Nordeste e o Ministério da Integração Nacional, além de eventos promovidos pelo Banco do Nordeste em cada estado de atuação da Autarquia para apresentar os resultados parciais alcançados em 2018, decorrente das diretrizes e prioridades fixadas por esse Conselho Deliberativo no ano de 2017 e colher sugestões para 2019. Disse que o esforço seguinte, foi no sentido de adequar essas informações ao que foi estabelecido pela resolução nº 123 aprovada na condição *Ad referendum* e agora ratificada, buscando uma distribuição das disponibilidades estimadas em R\$ 23,7 bilhões para o ano de 2019, e que destes, R\$ 8,0 bilhões sejam destinados ao setor de infraestrutura, R\$ 15,4 para os demais setores e por estado, setor, semiárido, porte do município, programa e outros. E finalmente, R\$ 300,0 milhões para o programa de financiamento estudantil FIES (Lei, 10.262 de 2001). Ainda colocou que as mudanças nos programas de financiamento beneficiam desde os microempreendedores individuais que terão o limite e o prazo de financiamento aumentado, até os grandes projetos de infraestrutura, que contarão com melhores condições de financiamento. O Superintendente perguntou se o Presidente do BNB, gostaria de fazer comentário sobre essas alterações. Com a palavra, o Senhor Romildo Rolim, Presidente do BNB, disse que todos os anos, em outubro, iniciam a conversação com a SUDENE e Ministério da Integração, depois com a sociedade dos estados de sua abrangência, com as Federações das indústrias, comércio e agricultura, conhecendo o que foi aplicado no ano em curso e, assim fazer a programação do ano seguinte, considerando o orçamento que vai haver no final do ano em questão. A programação inicial, faz-se com base no que foi feito no ano anterior, guardada as demandas que estão em curso dentro do banco. Foi iniciado com 25% das demandas, em termos de carta consulta aprovada ou em projetos em análise, explicou. O Secretário Executivo do Ministério e Presidente do CONDEL interveio para dirimir dúvidas com relação ao que fora aplicado em infraestrutura (R\$15,0 bilhões). O representante do BNB respondeu que sim. Continuou o Presidente do CONDEL que se “para o ano que vem está



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

previsto R\$ 8,0 bilhões, isso irá dar conta da demanda, não deveríamos esperar que tivesse um incremento ou um aumento da demanda, uma necessidade adicional? Eu entendo que algumas restrições são na utilização dos recursos.” O Presidente do BNB respondeu que estavam considerando o orçamento existente de R\$ 23,0 bilhões, porém, sim, para infraestrutura está previsto em torno de R\$ 8,0 bilhões e deverá ser suficiente, pois o BNB tem um saldo acumulado de exercícios anteriores, os chamados recursos de tesouraria do banco que não era específico para qualquer segmento. Os comentários de vários conselheiros eram sobre a questão de faltar recursos para aplicação em infraestrutura. O Presidente do CONDEL, disse entender a explicação do Senhor Rolim, BNB, que existe um saldo e que o BNB tinha disponibilidade maior, em tesouraria, para poder fazer aplicação., mas que não deixava de ser preocupante, no caso de existir em carteira a demanda do porte de R\$ 15,0 bilhões. Neste momento, o Vice-Governador da Bahia, João Leão, pediu para explicar o seu pedido de uma moção de louvor ao banco, por causa de um fato específico em seu Estado, na época que foi secretário de planejamento, quando a Bahia foi dividida em territórios de identidade onde tinha uma capital, caso de Barreiras, capital do território de Rio Corrente, com o mesmo tipo de solo, o mesmo tipo de água, chove igualmente em toda mesma região, continuou dizendo que a Bahia foi dividida em 27 territórios de identidade, e que para cada território foi elaborado um projeto de desenvolvimento econômico com necessidade de se destacar um índice. Assim, foi escolhido o ICMS e levantou-se este índice para todos os territórios de identidade do estado da Bahia. Ressaltou, que o resultado foi uma surpresa, pois a região metropolitana de Salvador representou 77,86% da receita do seu território. O território do litoral norte, que está na divisa com o estado de Sergipe, que “aproveitando a riqueza de Sergipe, que avança pouco para o litoral norte baiano, é 4,88%, no território de Feira de Santana, portal do Sertão, 4,99%, fazendo a soma são 10% com 77,5%, resulta-se 87,5% que, na realidade são 4,3% do território baiano, o restante de todo o estado, somam 12,5 % da receita da Bahia.” Desta forma, foi feita uma parceria entre o Banco do Nordeste e o DESENBAHIA, para levar o desenvolvimento econômico para esses territórios. Destacou que solicitou um Projeto de usina de açúcar, pois a Bahia só produz 10% do seu álcool e 11% por cento do seu açúcar, para o mercado na Bahia, o restante, 52% vem de São Paulo, e 57% do álcool também vem de São Paulo. Ressaltou a necessidade de produzir álcool e açúcar, pois o álcool na Bahia é ainda 35% mais caro do que em São Paulo e mais caro do que em Pernambuco, do que em Alagoas, do que na região produtora. Finalizando, “Caminhamos e ainda fizemos dez projetos de dez usinas de açúcar e álcool e estamos implantando a primeira, já vamos começar a implantar a segunda e assim sucessivamente. A Chapada Diamantina, que é uma região alta, nós trouxemos técnicos da França para operar na base de vinhos, de vinhos de qualidade, porque você no Brasil só tem vinho de qualidade no Rio Grande do Sul e olhe lá.” Teve-se uma intervenção para falar dos vinhos do Vale do São Francisco o que teve o de acordo dos demais conselheiros ressaltando que a Miolo irá dobrar sua produção de espumantes e do vinho Testardi, que tirou o 1º lugar em qualidade na América do Sul. Finalizando o Vice-Governador da Bahia disse ser este o motivo do louvor à SUDENE e ao BNB e acrescentou estar em estudo na SUDENE um projeto de investimento para construção de uma ponte que unirá duzentos e cinquenta municípios da Bahia. O Presidente do CONDEL, voltou com a palavra e disse estar totalmente alinhado



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

quanto a essa necessidade de se explorar a riqueza do Nordeste adequadamente. Destacou que o governo federal requer o apoio dos governos estaduais e por isso a existência do Conselho com a presença dos governadores, das representações da sociedade civil, prefeitos, para que sejam apontadas nestas reuniões suas necessidades para que se possa investir nos lugares as ações corretas. Isto foi exemplificado pelo diagnóstico que a Bahia fez neste momento. Falou que o papel do Ministério vai ser justamente o de conseguir os diagnósticos, saber o que precisa ser investido para geração de riquezas, porque cada real que será investido irá ser desenvolvido de forma econômica para a união, “talvez não imediatamente, mas se pagará e é isso que nós precisamos ter na cabeça. Esta é a minha visão do Nordeste, eu sou do Sul, mas como o Presidente eleito não cansa de falar, somos todos brasileiros, temos que governar para o País”. O Governo Federal tem as suas limitações, ponderou, mas, tem como aumentar esse apoio. Ressalvou, que ninguém melhor para saber os problemas dos estados do que os próprios estados, conhecendo a realidade do seu estado e do seu município. Esta reunião é para que todos sejam ouvidos, para se aprender a investir adequadamente, mas sem o apoio dos estados, este investimento tenderá para o vazio, “porque a minha chance de errar aqui em Brasília é muito maior do que a chance dos Senhores errarem estando na ponta, conhecendo a realidade. Contem com o Governo Federal, o apoio virá de fato, a visão também, acho que é outra mensagem que eu preciso dar aqui em uma primeira oportunidade, é que esta falácia que o Governo eleito tem algum tipo de aversão à questão política ou aos políticos não é verdade, porque o que nós não queremos são projetos que tenham qualquer tipo de vício ou que não vão beneficiar de fato a população. Estou à disposição para qualquer senador, deputado ou representante eleito que venha me procurar no Ministério, agora Desenvolvimento Regional, com projeto que seja bom para desenvolver a região. É para isso que estou aqui!”. Tratou de enfatizar que aproveitou esta oportunidade porque quis desmistificar essa situação, “nós vamos dentro do possível ouvir e eu quero mesmo dizer que somos apenas um meio para poder atingir esse objetivo. Conto com os estados, sem vocês essa situação não vai prosperar, essa aplicação que já vemos aqui uma situação concreta de deficiência de recursos, uma demanda, um diagnóstico muito claro da Bahia e eu imagino que os outros estados também tenham condições ou situações similares, com suas peculiaridades, evidentemente, nosso país é continental e cada estado tem sua realidade, mas precisamos atacar dessa forma.” Disse que o Governo Federal investe milhões e milhões na região Nordeste há muitos anos e que os avanços poderiam ser maiores, com cooperação e com mais inteligência, unindo várias cabeças que conhecem a realidade para aplicar melhor esses recursos. Neste momento, o secretário-executivo do Ministério do Turismo disse ter trabalhado com o Ministro Delfim Neto que disse: “Alberto, nós estamos trazendo a diretoria do Banco Mundial ao Brasil. Na época o Presidente do Banco Mundial era o Robert McNamara e fomos para Pernambuco. Pediu à SUDENE para enviar a Ata desta reunião da Autarquia, quando o Presidente Robert McNamara participou, e relatou “de lá partimos para Petrolina e foi quando ele assinou a primeira ordem de serviço do Banco Mundial, aportando US\$ 65,0 milhões para começar a irrigação no Nordeste, através dos projetos Tourão, Bebedouro e Favela, nesta festa ele olhou e viu aquele rio São Francisco que se perdia no horizonte e disse para mim: “vocês são ricos” e olhando para o rio São Francisco “*you have a wet country*”.” Em seu depoimento o Secretário Executivo do



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Turismo disse estar muito feliz, vendo a mesma garra para tentar resolver a situação nordestina. Falou também de sua grande alegria e agradeceu por estar presente nesta reunião vendo pessoas que estão imbuídas do desejo cada vez maior de ajudar o Nordeste para ser o que ele tem que ser. Neste momento, o Governador de Sergipe, entrevistou para cumprimentar a todos da mesa e parabenizar a condução dos trabalhos pelo Secretário Executivo do então MI, Gustavo Canuto, e disse ver com muito entusiasmo e otimismo esse novo Brasil e ressaltou ser um grande desafio de gestão, a união de dois grandes ministérios. Lembrou dos objetivos da SUDAM e SUDENE, quando idealizadas, para darem oportunidades e subsídios às empresas do Norte e Nordeste e disse ter acabado esta fase, pois não se vê, na pauta do CONDEL, nada sobre este assunto, e no passado os incentivos fiscais provocavam o desenvolvimento dessas regiões, já falavam, destacou, na transposição do rio São Francisco, e que hoje, “a SUDAM e a SUDENE estão direcionadas aos créditos financiados pelo Banco do Nordeste e pelo Banco da Amazônia”. Falou de sua preocupação com a redução dos números do Banco do Nordeste. Explicou que entendia que a crise financeira induzia aos ajustes e, necessariamente, todos os órgãos iriam dar, no primeiro momento, esse enxugamento. Sobre o diagnóstico de Sergipe, disse que existe um estudo feito com dez arranjos produtivos, para identificar a aptidão de cada região, no qual existem regiões com tradição na pecuária de leite, de caprino, de ovinos, de apicultura que têm seus programas. O Governador de Sergipe debateu com as superintendências do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, com o intuito de que sejam fomentados, através de bancos “porque o governo do estado, sozinho, não dá conta” destacou. Foi identificado um programa chamado Crédito Amigo, que investe R\$ 1,0 bilhão por ano e com inadimplência de 1,4%. O Presidente do Banco do Nordeste, neste momento, explicou não se trata de recursos do FNE, “este programa é de outra fonte”. De volta com a palavra, o Governador disse em aplicar recursos para geração de emprego através dos arranjos produtivos, com o intuito de financiar essas cadeias que já têm aptidão para dar certo e incentivar assim os pequenos empreendedores. Ressaltou que antigamente as reuniões da SUDENE eram repletas de governadores, hoje, além dele, são quatro vice-governadores porque há uma escassez de recursos, não há perspectiva de grande desdobramento dessas reuniões, e que sempre existirá uma agenda prioritária. Falou da dessalinização em Israel, “no meio do deserto com toda a dificuldade, cercado de inimigos criaram esta opção, desenvolvendo e enriquecendo com tecnologia”. Finalizando disse “para que haja união entre os estados e o Governo Federal porque o Nordeste não pode ficar refém do Bolsa Família”. O Presidente do CONDEL ficou satisfeito em ouvir esta colocação e brincou dizendo “se sentir de certa forma desprestigiado, pela ausência dos governadores, porém concorda que é somente conseguir o dinheiro que os governadores aparecerão”. Neste momento, o Vice-Governador da Bahia entrevistou sugerindo ao Secretário Executivo do Ministério, que seja preparada uma Lei para se conseguir novos recursos, tomando como exemplo o que fizeram os chineses, criando um fundo baseado no superávit da balança comercial. Falou ainda que o Brasil tem superávit na balança comercial e que esse ano (2018) fechará em torno de US\$ 470 milhões; ponderou que não se pode trazer o dinheiro para dentro do País porque geraria inflação mas, pode-se trazer tais recursos para serem aplicados em segmentos ligados à exportação, em Parceria Pública Privada, exemplificou. Complementou dizendo que não poderia ser distribuído aleatoriamente para os governos



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

estaduais, mas que poderia ser aplicado nas exportações de cada estado. Por exemplo, no caso da Bahia, no programa de açúcar e álcool, que são itens de exportação, na construção da Ferrovia Oeste-Leste e para o Porto de Aratu, que facilitam a exportação, “tem que aplicar este dinheiro em função da exportação”. O conselheiro representante da CONTAG, pediu a palavra, saudou todos os presentes parabenizando a iniciativa dos membros do CONDEL pelo voto de louvor à SUDENE e ao Banco do Nordeste, porém, também se encontrava preocupado em relação a diferença de recursos que falta para aplicação em infraestrutura e falou que se o Nordeste não tiver outra fonte de recursos irá ficar para trás e retroagir neste segmento tão importante para o desenvolvimento da região, e perguntou ao Presidente do BNB, Senhor Rolim, se existiria previsão de outras demandas, por outros fundos de recursos, para que aumentassem essa previsão orçamentária para dois mil e dezenove. O Senhor Rolim respondeu que em 2018 foram aplicados em infraestrutura R\$ 14,5 bilhões, o que significou o financiamento dos projetos dos R\$ 22,0 bilhões com aportes de recursos próprios e explicou que não se pode evitar os R\$ 8,0 bi, pois se tratava de uma programação à luz do recurso que restou de um ano para o outro e que serão todos aplicados, e finalizou “com R\$ 8,0 bilhões para infraestrutura, não é andar para trás, estamos andando para frente, estávamos andando para trás quando não aplicávamos os recursos, os recursos ficavam em tesouraria e ninguém gerava desenvolvimento, o fundo não cumpria o seu papel”. Continuou dizendo que não existe a necessidade de se financiar 90% de um projeto e que o fundo poderá financiar 40 ou 50% e fazer com que os R\$ 8,0 bi se multipliquem em R\$ 24,0 bilhões, pois existem mecanismos para se fazer mais com menos, melhorando a aplicabilidade e o uso do recurso que estaria parado. Finalizou, dizendo “tínhamos R\$ 14,0 bi e agora temos R\$ 8,0 bi, mas com esses oito, podemos fazer com que os investidores tragam recursos, emitam papéis, emissão de debêntures ou então, aporem mais recursos próprios e que também nós não precisamos estar financiando todos os recursos que forem utilizados”. Continuou explicando que o Banco do Nordeste tem o papel de fomentar o agronegócio, a indústria, o comércio, serviço, porque os demais segmentos têm que ser atendidos. Não se tratava de corte e sim de uma programação à luz da demanda e das regras que são do Ministério e não do banco ou do FNE, alertou. Foi aberta a palavra para outros conselheiros que também demonstraram a mesma preocupação e o Presidente do CONDEL, retomando a palavra, esclareceu que entendia a preocupação de todos, porém entendia o lado do BNB que não poderia ser penalizado por ter sido eficiente e eficaz em 2018, e que não é o banco que define a quantidade de recursos que irá para o fundo. Ressaltou que o Ministério irá buscar formas alternativas de recursos para investimentos, novas parcerias e novos arranjos. Destacou que “tem muito dinheiro fora do país e muita gente querendo investir no Brasil e que é nessas horas que vejo como o meu desafio é bem menor do que o do futuro Ministro Paulo Guedes, ele que será o Ministro da Economia, realmente terá um desafio muito grande”. Parabenizou, novamente, o voto de louvor ao BNB, referendado por todos, e que “temos que correr atrás dos recursos, temos que continuar nesse ritmo, o Nordeste precisa de investimento, precisamos estar alertas, porque haverá menos dinheiro disponível e acho que as demandas continuarão existindo e o nosso papel será ir atrás disso para que o banco e a SUDENE consigam de fato investir”. E acrescentou: “o banco realmente é o financiador, é aonde está o recurso, mas precisamos utilizar a SUDENE; a SUDENE tem a capacidade de analisar a política de



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

desenvolvimento da região, está totalmente alinhada com o Ministério, é o nosso braço no Nordeste, foi criada para este fim, vamos trabalhar juntos, porque esses três atores precisam trabalhar em conjunto, o banco, a SUDENE e o Ministério são um corpo só, não tem como diferenciarmos”. Advertiu que não se deve atentar apenas para a ponta onde está o recurso, mas, o que vai ser discriminado como prioridade. Ponderou e disse que cabe ao Superintendente da SUDENE reunir-se com o Ministério e que as diretrizes prioritárias serão decididas em conjunto. Ressaltou que os Governadores devem se utilizar da SUDENE para que desempenhe seu papel, porque o Ministério está localizado em Brasília e é a SUDENE que está na região, e que o Ministério precisa desse apoio e desse feedback que vem da região. Neste momento, colocou o item 1.7 em votação, proposta de programação de financiamento para 2019 do FNE. Foi aprovado. Dando continuidade à pauta, o Secretário Executivo do CONDEL, Mário Gordilho, passou ao item 1.8 que se referiu à proposição nº 123 de 2018 que trata da definição das diretrizes e prioridades do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) para o exercício de 2019. Explicou que o FDNE, gerido pela SUDENE, tem como finalidade assegurar recursos para realização de investimentos em sua área de atuação em infraestrutura e serviços públicos, como também em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa aos novos negócios e às novas atividades produtivas, porém, incorporava as prioridades orientadas pelo Ministério da Integração, que edita portarias que estabelecem as diretrizes para a SUDENE elaborar as prioridades a serem aplicadas na seleção dos pleitos apresentados ao FDNE. Com esse objetivo, o Ministério da Integração editou duas portarias, uma em agosto, de nº 342 e outra em setembro de número 428. Após a leitura da proposição, foram considerados como prioridades para 2019 setores específicos da indústria, agroindústria, da tecnologia de informação, hotelaria e biotecnologia, entre outros. Continuou informando que o FDNE apoiará também pleitos que contemplem a exportação de parte ou de toda a produção para o mercado externo, para os projetos integrados e/ou vinculados às opções baseadas em tecnologia de inovação. Finalmente, o financiamento estudantil do programa FIES, com recurso do FDNE, também terá prosseguimento em 2019. Lembrou que em 2018 o fundo teve uma dotação de R\$ 442,0 milhões e para 2019 a proposta de dotação contida na lei orçamentária será de R\$ 650,0 milhões. Dito isto, passou a palavra ao Presidente para iniciar a votação da proposta de diretrizes e prioridades do FDNE para exercício de 2019. O Secretário Executivo do Ministério do Turismo interviu para solicitar uma explicação sobre a questão do uso dos recursos na área de turismo: seria apenas em hotelaria “se pensou ou se discutiu sobre isso? Causa até um certo espanto, o Nordeste por tudo que tem só se falar em hotelaria”. O Secretário Executivo do CONDEL falou que o quesito infraestrutura abrangia empreendimentos em energia, geração, transmissão e distribuição; telecomunicações, transportes, inclusive multimodais, logística, abastecimento de água, irrigação para utilização própria ou de terceiros, esgotamento sanitário, produção e distribuição de gás, dutos viários, portos e terminais, produção e refino de petróleo, biocombustível, aeroportos e terminais. Esclareceu ter feito neste momento um resumo, pois a lista é grande. O representante do Ministério do Turismo, então, concordou que de qualquer modo, na infraestrutura, já se contemplava a atividade turística e, obviamente, a hotelaria teria um tratamento a parte, como foi citado. E completou dizendo ser importante que os estados do Nordeste ficassem alertas, pois, “de fato o turismo pode ser um gerador



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

de empregos, de renda, no sentido de até minimizarmos as desigualdades que existem e, o Nordeste é tudo que precisamos para mostrar isso e em alguns lugares nós já vemos isso. O turismo está realmente em alta na região”. De volta com a palavra, o Presidente do CONDEL falou que esta seria uma extra pauta e que teria entendido a questão da hotelaria. Falou-se dos poucos recursos para o FDNE, porém o Secretário Executivo, Gustavo Canuto, disse que se baseiam nos valores de investimentos aplicados, “há uma dificuldade grande da utilização pela SUDENE desses fundos pelas regras que são extremamente difíceis; por isso foi feito um trabalho interno para desburocratizar, simplificar, já estão no Ministério da Fazenda três decretos, para os três fundos de desenvolvimento, inclusive do Nordeste, para simplificar e possibilitar sua utilização. Porque o Ministério do Planejamento tem uma lógica, que ela é muitas vezes perversa: se você não utilizou é porque você não precisa, se você não precisa, não vou te dar mais recurso e, infelizmente, estamos nesse ciclo, não conseguimos utilizar o recurso do Fundo de Desenvolvimento e, por não utilizá-lo, o Planejamento não nos aporta mais recursos”. Continuou ainda: “a nossa expectativa e esperança é que, de fato, com a alteração dos Decretos e a simplificação dos normativos, começaremos a utilizar e possamos demonstrar ao Planejamento que sim, esses Fundos têm uso, tem possibilidade, tem demanda e nós precisamos de mais. Nesse momento, os Fundos de Desenvolvimento estão muito “depauperados”, um valor muito baixo frente aos Constitucionais”. Porém, deixou claro que, independentemente da capacidade de execução existente, espera-se que ao longo do ano de 2019, com a aprovação desses Decretos, referentes à desburocratização dos Fundos, ou ainda no governo do Presidente Michel Temer, pois vinham discutindo com vários atores há algum tempo. E continuou “falemos que consumimos todo o recurso pois infelizmente o fundo já se exauriu, vamos pedir mais para o Planejamento”. Porém, destacou, sem executar o recurso não darão recursos adicionais e que a edição desses Decretos foi exatamente para esse fim, simplificar. Continuou dizendo que precisava-se mostrar que existem demandas, que serão executadas e que para isso estão faltando recursos, seria um novo discurso e que, de outra forma, não existirá conversação, e que não vão deixar de colocar recursos para outros, é sempre um pensamento de custo de oportunidade. Finalizou dizendo que “se quisermos ter um discurso alinhado com o planejamento e com a fazenda é mostrar números”. Fez uma citação em relação ao tempo e a burocracia, de seu professor: “o tempo da política e o tempo da administração são muito diferentes e cabe aos gestores tentarem deixá-los mais próximos”. Concordou então que “há urgência nos investimentos, já passou o tempo de pensar no que fazer para o país do porvir, que se precisa realmente, entregar e fazer”. “Já planejamos muito, já pensamos muito, agora tem que se começar a executar de fato, tenho a certeza que a minha postura é de execução, é isso que espero que consigamos fazer ao longo desses anos e espero que possamos estar, ao longo desses anos junto com o novo Presidente, mas chega, temos que parar de pensar no que podemos fazer e começar de fato a executar, e nós sabemos o que fazer, só precisamos executar”. Neste momento pediu a palavra o representante da CNA, saudou a todos, parabenizou o Presidente do BNB, falou ao Presidente do CONDEL que esteve em Paranaíba, porque a média de produção de mandioca no Maranhão é de 8,0t/ha e lá viu plantio de 60t/ha por causa de investimento em tecnologia. Por isto gostaria de registrar que o BNB e a SUDENE têm que olhar na aplicação desses recursos, que está



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

gerando quantidade de projetos, mas não está gerando o produto mais que o esperado e que a mudança seria no parâmetro tecnológico, ressaltou. A região necessita de “assistência técnica, a assistência técnica pública do Brasil é muito deficiente, sem estrutura para acompanhar tantos projetos”. Informou que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que é administrado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, tem a Assistência Técnica e Gerencial (ATEG), com um modelo diferente dos atuais, e que seria muito importante a SUDENE, o Ministério e o Banco discutirem esse novo modelo de tecnologia, que, por exemplo, no Maranhão foi feito um contrato do estado com o SENAR e o SENAR hoje está dando assistência técnica para algumas cadeias produtivas, e com ATEG o salto foi de 109% de produtividade. Enfatizou que todos saíram da atividade que estava tendo prejuízo e que estão com lucro. Quis registrar a referida informação nesse fórum importante, porque é importante falar dessa questão da assistência técnica no Brasil, principalmente no Nordeste. De volta com a palavra, o Senhor Gustavo Canuto, Presidente do CONDEL, agradeceu a contribuição e aproveitou para lembrar que além da mandioca, Paranaíba é a terra da laranja. O representante da CNA ficou impressionado que carretas de mandioca estavam sendo levadas para o Nordeste, pelo motivo anteriormente falado, “falta de tecnologia”. Falou-se também da cerveja de castanha de caju e que existia também a necessidade de diversificar, pensar no diferente, em um mercado que o Nordeste possa investir. Voltando à pauta, em relação ao item 1.8, no que tange a proposta de diretrizes e prioridades do FDNE para o exercício de 2019, foi colocada em votação, sendo aprovada. Voltando-se ao último item da pauta ordinária, passou a palavra ao Secretário Executivo do CONDEL, Superintendente Mário Gordilho, que fez referência ao item 1.9, sobre a proposição nº 124 de 2018, sugerindo a criação do Comitê de Acompanhamento do Fundo Constitucional do Nordeste, FNE. Explicou que a proposta de criação de comitês surgiu de auditoria de natureza operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para avaliar a efetividade das ações do Banco do Nordeste do Brasil na execução das políticas e ações financiadas pelo FNE, recomendando ao Ministério da Integração Nacional que venha a considerar, nas diretrizes e orientações gerais que emite e são dirigidas à SUDENE, mecanismos que permitam uma maior participação da autarquia com o objetivo de identificar, tempestivamente, eventuais desvios da proposta em relação às prioridades regionais fixadas pelo Conselho Deliberativo. Neste escopo, continuou, a auditoria do TCU viu-se compelida a recomendar um conjunto de medidas para dar uma maior efetividade nas consequências das decisões adotadas pelo CONDEL e para tal o plenário do tribunal estabeleceu, por meio do Acórdão nº 1271 de 2018, um conjunto de determinações dirigidas ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e ao Banco do Nordeste do Brasil, com a ciência da Casa Civil da Presidência da República, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, à Comissão de Integração Nacional de Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Câmara dos Deputados e ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Esclareceu que entre tais determinações, a SUDENE estude a conveniência e oportunidade para a instituição de um Comitê Técnico de Acompanhamento do FNE no âmbito da estrutura do Conselho Deliberativo da SUDENE. Desta forma, o Senhor Gordilho informou que a Diretoria Colegiada da autarquia assentiu a recomendação e trouxe a pauta do CONDEL e ainda leu a finalidade do Comitê: será “acompanhar, a partir do relatório de



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

resultados e impactos do FNE encaminhado pelo BNB, o cumprimento efetivo das recomendações expedidas pela SUDENE e pelo Conselho Deliberativo”. Por sua vez, lembrou que tendo em vista a reforma da estrutura ministerial, que avizinha fusões e extinções de ministérios, a SUDENE também está pedindo a este conselho a dispensa da reapresentação da presente proposta em caso da mudança de nome de alguns componentes. Submeteu ao Presidente para por em votação a criação do referido comitê que acompanhará o FNE. De volta com a palavra, o Presidente do CONDEL ainda explicou que o banco tinha vários sistemas de acompanhamento, mas com a visão de banco, planejamento e fazenda que tratavam as planilhas, números e o que o TCU colocou seria a necessidade de acompanhamento da efetividade de projetos com aplicações do fundo, trazendo o que era esperado para região. Complementou que este comitê terá um caráter mais técnico, nos vários relatórios já vem muito bem descrito, mas a intenção é que o órgão, responsável por determinar as políticas, possa acompanhar de perto a execução dessas ações; o referido Comitê não será outro órgão de fiscalização, mas terá uma outra visão, além de que todos os instrumentos e relatório de acompanhamento que o BNB e a SUDENE já detém. Isso não está previsto apenas para o Fundo Constitucional de Financiamento (FNE), o TCU está demonstrando que “não adianta só olharmos a eficiência do gasto, não adianta só o Ministério ou qualquer órgão executar o seu orçamento, mas o que importa é se, de fato, o que foi executado trouxe um benefício concreto”. Dito isso, colocou em votação a proposta de criação do comitê técnico de acompanhamento do FNE, sugerido no Acórdão nº 1271 de 2018 do TCU. Foi assim aprovado. Informou, antes de passar a palavra ao Secretário Executivo, que foi finalizada a pauta ordinária e que seguissem com a pauta de ordem geral, ressaltando que o decreto foi anteriormente discutido e o que ficou pendente foi a prorrogação do mesmo. O Senhor Mário Gordilho retomou com a palavra e ressaltou sua preocupação e a do Ministério, quanto aos governadores do Nordeste, deputados nordestinos e empresários, sobre a possível não renovação dos Incentivos Fiscais da SUDENE, estes que se encerrarão no dia 31 de dezembro de 2018. Informou que o assunto foi conversado com o Ministério no sentido de buscar essa aprovação. Explicou: “de apenas R\$ 2,5 bilhões de incentivos fiscais, de empresas implantadas no Nordeste, com previsão orçamentária para dez anos futuros, porque os incentivos fiscais duram dez anos, ainda sem impacto orçamentário, não tem quebra de receita, não tem pauta-bomba, não existe nada sobre esse aspecto na aprovação desses incentivos fiscais, há projeto de lei em tramitação no Congresso que foi aprovado no Senado e está na Câmara”. Em seguida passou a palavra ao Senhor Gustavo Canuto para que discorresse sobre o assunto. O Secretário Executivo do Ministério da Integração falou que deveria ser de conhecimento de todos a importância da manutenção desse incentivo com a redução do Imposto de Renda sobre o lucro real, ou seja 75% de redução do imposto e os outros 25% também passíveis de serem utilizados com aporte de 30% desse valor, explicou. Falou que estava tentando uma reunião com a equipe de transição sobre o assunto para mostrar sua importância e esclarecer que o impacto fiscal é inexistente; disse que a proposta tem alguma resistência, em virtude da entrada da SUDECO também para esses incentivos, mas o Superintendente da SUDECO abdicou do incentivo, para este momento, pela dificuldade da aprovação, e que não queria prejudicar as outras superintendências. Esclareceu também que não teriam tempo de fazer a retirada



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

da SUDECO, por meios legislativos e, sendo assim, o Presidente da República teria que vetar o que caberia à SUDECO. Acrescentou o seu compromisso de explicar a situação para o Ministro Paulo Guedes, dizendo que a ausência ou a não prorrogação desse incentivo irá trazer prejuízos concretos, conforme os dados informados de que “cada real desse incentivo se traduz em torno de dezenove reais, isto é um investimento concreto”. Ponderou que a não prorrogação para o novo governo será muito ruim, porque deixarão de ter um investimento maciço, no caso, de um para dezenove e, ainda assim, não irá haver economia relevante que venha justificar esse tipo de corte. Disse ainda que fará o possível para que a equipe entenda ser uma necessidade da região, que traz produtividade, que favorece as empresas que tiveram mérito, porque é sobre o lucro real, “você está ajudando e estimulando àquelas empresas que já são muito boas e que podem ainda, com esse recurso, fazer mais, são empresas que têm um potencial e por isso usam esse reinvestimento para uma grande alavancagem e não tem quem perca com isso, e é isso que nós vamos tentar, da melhor maneira, passar para a equipe de transição”. O Presidente do CONDEL informou o término de assuntos da pauta e ainda ressaltou mais um compromisso: o de fazer com que os decretos de simplificação do FDNE sejam aprovados. Disse que entendia as ausências de Governadores de Estado nas reuniões do CONDEL devido à falta de recursos, porém foram falados de investimentos na ordem de R\$ 30,0 bilhões de Reais, agradeceu a presença do Governador de Sergipe e, aos Vice-Governadores, pediu que não entendessem de maneira equivocada sua fala, pois suas presenças têm total relevância e legitimidade, mas que sentia a falta de prestígio dos governadores para o CONDEL. Então pediu apoio principalmente àqueles estados parceiros que não vieram, falou da importância da presença de todos os estados para que discutam em conjunto. “É um apelo”. Reforçou que de sua parte fará o possível para novas fontes alternativas de recursos para que, cada vez, as reuniões fiquem mais interessantes e que possam trazer benefícios para os estados do Nordeste, entregando o que a população precisa. Agradeceu a todos os representantes da sociedade civil, esperando que a futura gestão seja exitosa. Neste momento, o Governador de Sergipe sugeriu que a próxima reunião do CONDEL aconteça na SUDENE, falou da importância da presença do Senhor Gustavo Canuto, já como o Ministro do novo Governo para o fortalecimento da SUDENE e ainda a presença de todos, de governadores e vice-governadores. Colocou que “em relação ao Banco do Nordeste que desburocratizou e muito, Sergipe, no caso, teve a oportunidade de conviver bem com vários superintendentes do Banco do Nordeste, mais recentemente com o Senhor Saumíneo, que foi um grande representante, um grande superintendente e que atuou também na própria SUDENE e as pessoas reclamavam muito da burocracia do Banco do Nordeste, e nota-se que pelo que se investiu e se está investindo nesse ano, realmente a coisa está mudando”. Em seguida, houve a sugestão que fossem realizadas as reuniões do CONDEL em cada Estado de atuação da autarquia, para que os empresários possam comparecer e tomar conhecimento in loco das deliberações. O Vice-Governador da Bahia lembrou a importância do movimento em prol da renovação dos incentivos fiscais para o empresariado nordestino; um trabalho forte de articulação com a bancada nordestina, frisou. Com a palavra, o Presidente do CONDEL, Gustavo Canuto, disse acreditar que existe a sensibilização do novo governo com os governadores nordestinos e que na reunião marcada para o dia 12 de dezembro entre a equipe de



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

transição e estes governadores pudessem, assim, demonstrar ao futuro governo a importância dos incentivos fiscais, porque na Câmara, seu Presidente já sinalizou positivamente de encaminhamento, enfatizou a falta de um esclarecimento para o futuro governo de que não trará efetivamente prejuízos fiscais e a importância econômica que tem a manutenção do benefício. Então, complementou, “se os governadores estiverem dispostos a conversarem com o Presidente eleito, com a equipe seria muito importante demonstrar essa relevância. Há um alinhamento felizmente entre o governo atual e o governo futuro e eles estão conversando”. Disse ainda que “farei aqui o meu papel, felizmente estou aqui hoje e continuarei lá amanhã, então temos essa facilidade de poder estar no atual e falar também pelo futuro, mas é claro que os Estados demonstrando de forma cabal que isso precisa continuar vai nos ajudar muito”. Pediu a palavra a Vice-Governadora da Paraíba e parabenizou a condução da reunião pelo Ministro Gustavo Canuto, cumprimentou a todos e disse que todos tiveram uma boa impressão e estão esperançosos de que o próximo ano realmente traga avanços e unificação para o Nordeste. Disse ainda que o modo de se pensar como estados menores trata-se de uma mistificação. Ressaltou que o Nordeste tem avançado muito e seu Estado, a Paraíba, também. Aproveitou a oportunidade para solicitar que fosse finalizada a transposição do São Francisco. Explicou que na Paraíba a obra chegou ao eixo Leste, mas o eixo Norte está com 96% concluído, e o terceiro eixo, que seria o eixo Piancó, já conseguiram uma emenda de bancada para o projeto, então, finalizou: “eu queria que no próximo ano, quando assumir, efetivamente o Ministério, possa dar uma celeridade, porque é de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste e da Paraíba”. O Presidente do CONDEL, Senhor Gustavo Canuto, agradeceu e falou que todos os encaminhamentos serão neste sentido. Neste momento, a Vice-Governadora do Piauí solicitou a palavra e anunciou que esta seria sua última participação no CONDEL, visto que irá cumprir outros desafios na Câmara dos Deputados, pois fora eleita deputada federal pelo seu Estado. Falou que as reuniões do CONDEL foram muito importantes para ela, a sua participação nos momentos de debate e deliberações do Conselho Deliberativo da SUDENE, pois participou em todas as reuniões, com exceção da última reunião integrada com as demais superintendências, no Palácio do Planalto, pois o Governador fez questão em comparecer e que, de última hora, foi impedido devido a sua agenda. Mas ressaltou que ela participou, inclusive, das reuniões do Comitê Técnico, o que gerou deliberações de pautas de grande importância para seu Estado. Continuou fazendo uma retrospectiva dos atos sobre a questão do FIES entrar no FNE, a possibilidade de projetos de irrigação serem considerados projetos de infraestrutura, a questão da possibilidade de financiamento de energia fotovoltaica para produtores individuais, também muito importante para seu estado, a questão do remodelamento do mapa do semiárido, com a entrada de mais trinta e seis municípios do Piauí. Enfim, solicitou a inclusão de mais municípios, efetivamente mais quatro (04) municípios, que já estão em desertificação. Deixou a sugestão de alteração desta resolução que cria os critérios de inclusão do semiárido, pois, “impossível um município que é pré-desertificação estar incluído e aqueles que já estão na área de desertificação não estarem, acho que seria uma boa oportunidade, mas nós não conseguiríamos fazer essa inclusão sem alterar os pré-requisitos necessários de inclusão de municípios nessa área”. Desejou que, como Ministro do novo Governo, o Senhor Gustavo



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Canuto seja de grande contribuição ao Brasil, e que nesta reunião “o Senhor nos deixou bastante esperançosos”. Disse que como Deputada Federal fará as contribuições necessárias para o desenvolvimento do Nordeste. Finalizou sua fala dizendo acreditar que a partir do CONDEL, a partir da SUDENE, com as deliberações destas reuniões a região irá alcançar, finalmente, o reconhecimento de sua importância para o País. Neste momento, o Presidente do CONDEL, Senhor Gustavo Canuto, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, agradeceu a presença de todos, passando a palavra ao Superintendente da SUDENE, Mário Gordilho, que também agradeceu a presença de todos os membros do Conselho Deliberativo da SUDENE, e dando como encerrada a reunião, solicitou que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada, será assinada por ele, Superintendente Mário Gordilho e pelo Secretário Executivo, Gustavo Canuto, Presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE. As discussões e as apresentações proferidas estão gravadas e disponíveis aos Conselheiros. O registro de presença dos Conselheiros constitui parte integrante desta Ata.

Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto,
Secretário Executivo do Ministério de Integração Nacional
Presidente

Mário de Paula Guimarães Gordilho
Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Secretário Executivo

ORIGINAL ASSINADO